

Número de inscrição: [REDACTED]

Cidade de realização da prova: Brasília/DF

CARGO 19: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Frase: A boa música é muito próxima da linguagem primitiva.

Sala: [REDACTED]

Sequencial: [REDACTED] / 060

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2024 | TARDE



Tribunal  
Superior  
Eleitoral

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

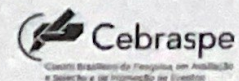
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a Folha de Respostas, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas implicará a anulação das suas provas.

**OBSERVAÇÕES:**

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- E permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0800 722 1125 | [www.cebraspe.org.br](http://www.cebraspe.org.br) | [sac@cebraspe.org.br](mailto:sac@cebraspe.org.br)



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

#### Texto CB4A1

Não se sabe exatamente se a primeira eleição a que Rui Barbosa concorreu foi para deputado provincial, na Bahia, em 1875. Vagou-se um cargo na Assembleia Provincial, em razão da morte de um de seus membros, João Victor de Carvalho. As províncias do Império foram divididas em distritos eleitorais de três deputados cada um, eleitos por maioria relativa de votos.

A eleição dos membros das Assembleias Provinciais far-se-ia da mesma maneira que a dos deputados à Assembleia Geral, não havendo suplentes: no caso de “morte do deputado, opção por outro distrito, ou perda do seu lugar por qualquer motivo”, proceder-se-ia a uma nova eleição no mesmo distrito.

Luiz Vianna Filho — que é, reconhecidamente, junto com João Mangabeira, um dos mais completos biógrafos de Rui — nega essa candidatura. E diz:

“No prestimoso volume Correspondência, em que reuniu cartas e documentos de Rui Barbosa, publica o Sr. Homero Pires uma circular de Rui dirigida aos eleitores do 3.º Distrito, datada de 4 de outubro de 1875, e à qual pôs o Dr. Homero Pires a seguinte nota: ‘Somente em 1878 Rui Barbosa teve ingresso na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia’. De fato, a circular existe em fac-símile no arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa. Entretanto, uma vez que essa nota pode suscitar equívoco, deve ser esclarecido que, na realidade, Rui, candidato em 1878, o foi nesse ano pela primeira vez. Até porque, em 1875, estava o Partido Liberal afastado das lides eleitorais, atitude que só foi modificada em 19 de março de 1876.”

Vianna alega, ainda, que o próprio Rui, “ao responder à comissão promotora da candidatura dele pelo 1.º Distrito da Corte, em 1889, declara expressamente: ‘Nos cinco escrutínios em que corri os azares da luta eleitoral...’. Ora, os cinco escrutínios são o de 1878, o de 1881, o de 1884, o de 1886 e o de 1888”.

Mas, se a circular é de 4 de outubro de 1875, não se sabendo se teria sido distribuída, a eleição, a que parece Rui ter concorrido, foi em 10 de janeiro daquele ano. E há um parecer da Comissão de Poderes da Assembleia, lido em 3 de março de 1875, que indica o resultado do pleito: Francisco José da Costa — 182 votos; Tenente Coronel Manuel Jerônimo Ferreira — 39 votos; Rui Barbosa — 6 votos; Cícero Emiliano Alcamim — 1 voto.

O parecer conclui: “[...] considerando que se acha regular a referida eleição, contra a qual não houve reclamação, é de parecer que seja declarado deputado à Assembleia Provincial pelo 1.º Distrito o Dr. Francisco José da Costa, que obteve maior soma de votos”.

Walter Costa Porto: Rui Barbosa e o voto. In: Estudos Eleitorais na História, v. 11, n.º 1, setembro/desembro 2016, Brasília: Escola Judiciária Eleitoral, 2017. <https://doi.org/10.1108/10407121611356188> (com adaptações)

Julgue os itens que se seguem, de acordo com as ideias veiculadas no texto CB4A1.

- 1 Conclui-se do texto que, para o biógrafo Luiz Vianna Filho, Rui Barbosa concorreu às eleições cinco vezes.
- 2 É correto concluir do texto que o Brasil adota o sistema de eleição por maioria relativa de votos, sem interrupções, desde a época do Império.
- 3 Depreende-se da leitura dos parágrafos iniciais do texto que o deputado João Victor de Carvalho não tinha suplente.
- 4 De acordo com a fala de Luiz Vianna Filho apresentada no texto, as cartas e os documentos reunidos pelo Sr. Homero Pires deixam clara a inexistência de consenso sobre a candidatura de Rui Barbosa ao cargo de deputado na Província da Bahia no ano de 1878.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1, julgue os itens seguintes.

- 5 O texto apresenta, em diferentes trechos, orações invertidas, em que o sujeito aparece posposto ao verbo, como é o caso dos exemplos a seguir: ‘publica o Sr. Homero Pires uma circular’ e ‘pôs o Dr. Homero Pires a seguinte nota’ no primeiro período do quarto parágrafo, e ‘não houve reclamação’, no sétimo parágrafo.
- 6 A omissão da preposição “a” no trecho “primeira eleição a que Rui Barbosa concorreu” (primeiro período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 7 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas caso as vírgulas que isolam a oração “a que parece Rui ter concorrido” (primeiro período do sexto parágrafo) fossem suprimidas.
- 8 Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, a oração “não havendo suplentes” (segundo parágrafo) poderia ser substituída por **se não houvesse suplentes**.
- 9 O trecho “far-se-ia” (segundo parágrafo) poderia ser substituído, mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, por **seria feita**.
- 10 O vocábulo ‘prestimoso’ (primeiro período do quarto parágrafo) foi empregado no texto com o sentido de **que tem utilidade**.

Quando eu cheguei à seção onde tinha de votar, achei três mesários e cinco eleitores. Os eleitores falavam do tempo. Contavam os maiores verões que temos tido; um deles opinava que o verão, em si mesmo, não era mau, mas que as febres é que o tomavam detestável. A quanto não ia a amarela? Chegaram mais três eleitores, depois um, depois sete, que, pelo ar, pareciam da mesma casa. Os minutos iam com aquele vagar do costume quando a gente está com pressa. Mais três eleitores. Nove horas e meia. Os conhecidos faziam roda. Uns falavam mal dos gelados, outros tratavam do câmbio.

Nove e três quartos. Trinta e cinco eleitores. Alguns almoçados. Os almoçados interpretavam o regulamento eleitoral diferentemente dos que o não eram. Dai algumas conversações particulares à meia voz, dizendo uns que a chamada devia começar às dez horas em ponto, outros que antes.

— Meus senhores, vai começar a chamada — disse o presidente da mesa.

Eram dez horas menos um minuto. Havia quarenta e sete eleitores. Abriram-se as urnas, que foram mostradas aos eleitores, a fim de que eles vissem que não havia nada dentro. Os cinco mesários já estavam sentados, com os livros, papéis e penas. O presidente fez esta advertência:

— Previno aos senhores eleitores que as cédulas que contiverem nomes riscados e substituídos não serão apuradas; é disposição da lei nova.

Quis protestar contra a lei nova. Pareceu-me opressiva da liberdade eleitoral. Pois eu escolho um nome, para presidente da República, suponhamos, ou senador, ou deputado que seja; em caminho, ao descer do bonde, acho que o nome não é tão bom como o outro, e não posso entrar numa loja, abrir a cédula e trocar o voto?

— Antônio José Pereira — chamava o mesário

— Está na Europa — dizia um eleitor, explicando o silêncio

— Pôncio Pilatos!

— Morreu, senhor; está no Credo.

Tinha começado a chamada e prosseguia lentamente para não dar lugar a reclamações. Nove décimos dos eleitores não respondiam por isto ou por aquilo.

— Padre Diogo Antônio Feijó! — prosseguia o mesário.

Pausa.

— Padre Diogo Antônio Feijó!

Pausa.

Eu gemia em silêncio. Consultei o relógio; faltavam sete minutos para as onze, e ainda não começara o meu quarteirão. Quis espalhar-me, levantei-me, fui até a porta, onde achei dois eleitores, fumando e falando de moças bonitas.

x. Conhecia-os; eram do meu quarteirão.

Enfim, começou o meu quarteirão; respirei, mas respirei cedo, porque a lista era quase toda composta de abstencionistas, e os nomes dos ausentes ou mortos gastam mais tempo, pela necessidade de esperar que os donos apareçam. Chegou a minha vez. Votei e corri a almoçar. Reletem a vulgaridade da ação Tartufo, neste ponto, emendaria o seu próprio autor:

“Ah! Pour être électeur, je n'en suis pas moins homme [Ah! Um eleitor, mas nem por isso menos homem].”

Machado de Assis. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 4 de março de 1894 (com adaptações)

Acerca das características do texto precedente, bem como das ideias nele veiculadas e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

11 Nos períodos “Eram dez horas menos um minuto.” e “Havia quarenta e sete eleitores.” (primeiro e segundo períodos do quarto parágrafo), as formas verbais são impessoais.

12 O trecho “fumando e falando de moças bonitas” (antepenúltimo parágrafo) poderia ser reescrito, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, da seguinte forma: **que fumavam e falavam de moças bonitas.**

13 No período “Reletem a vulgaridade da ação” (penúltimo parágrafo), o vocábulo “ação” remete ao ato de votar.

14 No excerto “Conhecia-os; eram do meu quarteirão” (antepenúltimo parágrafo), a substituição do ponto e vírgula por um ponto final não prejudicaria os sentidos originais do texto nem sua correção gramatical, feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas.

15 Em “Abriram-se as urnas” (quarto parágrafo), a partícula “se” exerce função de realce, podendo ser omitida sem alterar o sentido original do período e as relações sintáticas da oração.

16 É correto afirmar que o texto é parte de um conto, em função de sua estrutura narrativa, do desenvolvimento em torno de um único conflito e da abordagem de um fato cotidiano.

17 Em “Nove décimos dos eleitores não respondiam por isto ou por aquilo” (décimo primeiro parágrafo), o termo “por isto ou por aquilo” funciona como complemento da forma verbal “respondiam”.

18 É possível concluir corretamente do texto que houve um alto índice de abstenção na seção eleitoral a que o narrador compareceu.

19 A justificativa oferecida pelo narrador para a afirmação de que a lei lhe pareceu “opressiva da liberdade eleitoral” permite concluir que ele não é desfavorável à “lei nova”, ao contrário do que a afirmação possa inicialmente fazer crer.

20 O vocábulo “vagar” (sexto período do primeiro parágrafo) classifica-se como verbo e foi empregado para expressar a ideia de vagueza.

A respeito de partidos políticos e filiação partidária, julgue os itens a seguir.

21 Em conformidade com o princípio da autonomia dos partidos políticos, compete às direções partidárias a definição da duração dos mandatos de seus órgãos partidários permanentes ou provisórios, obedecido o prazo de vigência de até oito anos no caso dos provisórios.

22 Nos anos de eleição, os partidos políticos podem realizar alteração estatutária que estabeleça prazos de filiação partidária superiores aos anteriormente previstos em seus estatutos, com vistas a possibilitar o maior número possível de candidaturas a cargos eletivos.

23 Em casos de dupla filiação, prevalece a mais antiga, uma vez que a validade de nova filiação depende do desligamento prévio do filiado de seu partido anterior.

24 A lei assegura a ampla liberdade de organização partidária, viabilizando, inclusive, a criação de partidos estaduais e regionais, estando vedada apenas a criação de partidos cujos programas afrontem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

No que se refere a coligações, julgue os seguintes itens, com base na Lei n.º 9.504/1997.

25 É vedada a celebração de coligações para a disputa de eleições proporcionais.

26 A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de campanha eleitoral é solidária entre candidatos, partidos e coligações.

No que concerne à revisão do eleitorado, julgue os próximos itens.

27 O Tribunal Superior Eleitoral poderá determinar, de ofício, a revisão do eleitorado de município quando, por exemplo, o eleitorado for superior ao dobro da população entre 10 e 15 anos de idade, somada a de idade superior a 70 anos no território do respectivo município.

28 Concluído o processo de revisão de eleitorado, o juiz eleitoral encaminhará seu relatório e os autos do processo à corregedoria regional eleitoral, que, em seguida, encaminhará a matéria ao tribunal regional eleitoral, propondo a homologação ou a não homologação da revisão.

Em relação ao cadastro eleitoral e à restrição dos direitos políticos, julgue os seguintes itens, com base na Resolução do TSE n.º 23.659/2021.

29 O respeito ao direito dos cidadãos à privacidade integra o conjunto de diretrizes de gestão do cadastro eleitoral.

30 Para fins de regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos, a pessoa interessada deverá preencher requerimento e instruir o pedido com declaração de situação de direitos políticos, cabendo à Corregedoria-Geral Eleitoral o levantamento da documentação comprobatória da alegação de que foi cessada a restrição.

No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

31 A fixação da remuneração dos servidores públicos deverá observar, entre outros critérios, a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

Acerca de licitações e processo licitatório, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e com a jurisprudência do STF.

32 A administração pública, mediante prévia declaração de interesse público, poderá combinar as modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133/2021.

33 Lei local pode estabelecer como condição para a participação no certame licitatório que a empresa licitante tenha fábrica ou sede na respectiva unidade federativa, sem que se infrinja o princípio da igualdade.

34 O processo licitatório será dispensável para a contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não tenham surgido licitantes interessados ou não tenham sido apresentadas propostas válidas.

Em relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

35 Na administração pública, a desconcentração ocorre entre pessoas jurídicas diversas, enquanto a descentralização se caracteriza pela distribuição interna de competências, no âmbito de uma única pessoa jurídica, mediante especialização interna.

36 As autarquias podem ser de direito público ou privado, conforme o regime que lhes for atribuído pela lei instituidora.

A respeito do controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

37 O Poder Judiciário deve manter controle administrativo interno, de forma integrada com os demais poderes, com o objetivo, entre outros, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

38 Dado o limite do controle judicial sobre a administração pública, o Poder Judiciário não pode determinar que um estado ou município realize um concurso público visando à contratação de médicos em caso de ausência ou deficiência grave do serviço de saúde, pois tal determinação violaria o princípio da separação dos poderes.

39 O controle externo da administração pública federal pelo Poder Legislativo será exercido por meio do Tribunal de Contas da União, conforme expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, com o auxílio

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

40 Para a responsabilização de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos, não é necessária a demonstração de culpa em relação a danos que tenham sido causados por seus agentes a terceiros usuários e não usuários do serviço público por ela prestado.

No que concerne aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

41 A busca da solidariedade, um dos objetivos da República Federativa do Brasil, deve ser considerada na aplicação das normas constitucionais.

42 No caso de delitos graves, a exemplo dos crimes hediondos e da lavagem de capitais, a propositura da ação penal é suficiente para tornar inelegível a pessoa acusada.

43 As normas constitucionais de eficácia contida só produzem efeitos quando norma infraconstitucional as regulamentam.

44 A exigibilidade dos direitos sociais frente ao Estado é uma das características fundamentais desses direitos.

No que diz respeito à organização do Estado e à administração pública, julgue os itens seguintes.

45 Na Federação brasileira, apenas a República Federativa do Brasil detém soberania, ao passo que os estados-membros e os municípios gozam somente de autonomia, nos termos da repartição de competências da CF.

46 Os servidores públicos, mesmo os civis, não gozam de todos os direitos sociais aplicáveis aos trabalhadores em geral.

Em relação à organização das funções estatais e à defensoria pública, julgue os itens subsecutivos.

47 A CF atribui ao presidente da República a faculdade de delegar algumas de suas competências, com base em juízo discricionário, a autoridades como os ministros de Estado e o advogado-geral da União.

48 Embora a atividade judicial seja formal e vigore o princípio segundo o qual os juizes devem impulsionar os processos por iniciativa própria, nem todo ato de impulso processual precisa ser praticado pelo juiz, podendo ser delegados.

49 Devido ao fato de as defensorias públicas serem instrumento para concretizar o direito de acesso ao Poder Judiciário, a atuação delas deve restringir-se à esfera judicial.

50 A finalidade das comissões parlamentares de inquérito é exatamente a mesma das investigações criminais: apurar elementos de prova acerca de atos ilícitos.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Acerca das características básicas das organizações formais modernas, julgue os itens que se seguem.

51 A estrutura organizacional funcional é amplamente recomendada para a administração pública federal, pois suas finalidades de especialização e centralização garantem a eficiência na prestação de serviços públicos em qualquer contexto administrativo.

52 Organizações são unidades sociais planejadas para alcançar objetivos específicos e podem ser reestruturadas conforme esses objetivos sejam atingidos ou conforme surgirem meios mais eficientes para alcançá-los.

53 A implementação da estrutura organizacional matricial em organizações da administração pública federal permite a integração de diferentes áreas funcionais e projetos, possibilitando a melhor alocação de recursos em situações de grande complexidade, como projetos interministeriais ou de cooperação com múltiplos órgãos governamentais.

Com relação ao processo organizacional, julgue os itens a seguir.

54 Nas organizações públicas, o processo decisório, marcado pela participação de diferentes níveis hierárquicos, é uma fase fundamental do planejamento, pois envolve a escolha de alternativas que melhor atendam aos interesses coletivos, considerando-se os recursos disponíveis e o cumprimento de normas legais, com vistas a implementação eficaz de políticas e serviços públicos.

55 A função planejamento representa a segunda função administrativa, uma vez que o foco desta etapa reside nas tarefas e nos recursos necessários para alcançar os objetivos organizacionais da instituição.

56 Na administração pública federal, o planejamento é uma etapa crucial do processo organizacional, pois estabelece as metas e os meios para atingi-las, garantindo a coerência entre as políticas públicas e os recursos disponíveis, além de orientar as ações dos órgãos governamentais em consonância com as diretrizes estratégicas de longo prazo.

responsabilidade	analista de organização e métodos	analista de processos
entender	compreensão das necessidades dos clientes e usuários	alinhamento dos processos com as metas estratégicas
levantar	mapeamento e documentação dos processos	mapeamento e modelagem com ferramentas modernas
analisar	identificação de problemas e oportunidades	avaliação de desempenho e análise crítica
desenvolver	proposição de soluções alternativas	desenvolvimento de soluções inovadoras
implantar	implementação e coordenação das mudanças	gerenciamento de mudanças e execução dos projetos

Tendo como referência o quadro precedente, julgue o próximo item, relativo à gestão de processos.

57 A função de analista de processos tem o mesmo papel operacional e tático que a de analista de organização e métodos, sendo a principal diferença entre elas a adaptação às mudanças tecnológicas.

Ainda no que se refere à gestão de processos, julgue os itens subsequentes.

58 No âmbito dos processos de negócio, o processo de suporte tem o propósito de medir, monitorar e controlar atividades, a fim de permitir a administração do presente e do futuro do negócio.

59 O processo de negócio compreende uma sequência de atividades que têm a finalidade de transformar entradas em bens ou serviços, agregando-lhes valor por meio de procedimentos, para atender às necessidades dos clientes.

60 Um processo de negócio do tipo primário é considerado um processo essencial ou finalístico, por representar atividades essenciais que uma organização executa para cumprir sua missão, sendo responsável por construir a percepção de valor do cliente.

No que diz respeito à gestão de projetos, julgue os itens seguintes.

61 Um projeto corresponde a um esforço temporário empreendido para se criar um produto, serviço ou resultado único; e sua natureza temporária indica um início e um fim para o trabalho do projeto ou para uma fase do referido trabalho.

62 Os projetos devem ser geridos como parte de um programa ou portfólio, com a finalidade de auxiliar no alcance de objetivos estratégicos amplos, não podendo ser conduzidos como iniciativas independentes, ainda que se tratem de metas específicas e isoladas.

63 A governança de projeto exclui a definição de uma autoridade para aprovar mudanças e tomar decisões de negócios relacionadas ao projeto, concentrando-se na administração das tarefas diárias e operando de forma independente da governança organizacional e(ou) do programa.

Acerca de gestão da qualidade, julgue o item a seguir.

64 Um sistema de gestão da qualidade é um conjunto de práticas administrativas que se dedica à documentação de processos internos, à definição de objetivos estratégicos, à implementação de controles para garantir a eficiência dos processos e à busca pela satisfação do cliente e pela melhoria contínua das operações da organização.

Acerca de planejamento estratégico e suas características, julgue os itens a seguir.

65 Uma das características do planejamento estratégico é que ele está voltado para as relações entre a organização e seu ambiente.

66 O planejamento estratégico envolve basicamente "o que fazer" e "como fazer" no nível em que as tarefas e operações da empresa são executadas, sendo seu foco a eficiência operativa.

67 A missão, enquanto um conceito de planejamento estratégico, aponta onde a organização pretende chegar, ou seja, que posição exclusiva e valiosa a organização deverá alcançar no futuro, caso consiga compatibilizar as atividades internas com o posicionamento desejado e planejado pela direção.

Acerca do modelo de excelência em gestão pública, julgue os itens que se seguem.

68 O modelo de excelência em gestão pública abarca dimensões como interesse público e cidadania; informação e conhecimento; governança.

69 Conforme o modelo de excelência em gestão pública, a cultura da inovação é um fundamento da gestão pública contemporânea.

No que diz respeito ao empreendedorismo governamental, às diferenças e convergências entre a gestão pública e a gestão privada e ao paradigma do cliente na gestão pública, julgue os itens subsequentes.

- 70 Como convergências entre a gestão pública e a gestão privada, destacam-se os princípios da impessoalidade e da publicidade, que necessariamente devem reger esses dois tipos de gestão. **E**
- 71 O governo empreendedor deve estar focado no atendimento das necessidades de seus clientes-cidadãos, e não da burocracia, devendo, portanto, identificar e ouvir os clientes-cidadãos e direcionar os serviços prestados para o atendimento de suas necessidades. **C**

Julgue os próximos itens, relativos à gestão de resultados na produção de serviços públicos.

- 72 A gestão de resultados na produção de serviços públicos está baseada no controle *a priori* de processos. **E**
- 73 No âmbito da gestão de resultados na administração pública, o programa é um conjunto articulado de ações para o alcance de um objetivo, que é concretizado em resultados que, por sua vez, são mensurados pela evolução de indicadores no período de execução do programa. **E**

Considere que a gestora da área de estratégia de uma unidade da justiça eleitoral esteja planejando modernizar a gestão de resultados na produção de serviços públicos de sua organização. A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 74 Ao selecionar um indicador de resultados, deve-se priorizar aquele que apresente atributo de sensibilidade capaz de refletir as mudanças da dimensão social de interesse. **C**
- 75 Uma das ações possíveis para atingir a modernização da gestão de resultados é deslocar a ênfase do processamento interno e da racionalidade administrativa para a capacidade de produzir resultados socialmente relevantes. **C**
- 76 Caso a gestora opte por um modelo de gestão matricial por resultados, suas ações se restringirão à geração de consciência para resultados, ao desenvolvimento de capacidades e à difusão de conhecimentos. **E**

Acerca de diretrizes de sustentabilidade pública e acessibilidade para pessoas com deficiência, julgue os próximos itens.

- 77 O foco nas ações de saúde e segurança laboral dos servidores atrela-se ao critério de governança da sustentabilidade organizacional. **E**
- 78 No atendimento ao cidadão com deficiência auditiva nas zonas eleitorais, o atendente deve se comunicar diretamente com o cidadão com deficiência auditiva, mesmo se ele estiver acompanhado. **C**

Acerca de gestão de pessoas, julgue os itens a seguir.

- 79 Constitui uma estratégia apropriada de gestão de pessoas para se atingir o objetivo de atrair novos talentos para a organização focar no desenvolvimento de competências e na gestão de aprendizagem dos colaboradores internos. **E**
- 80 A gestão de pessoas ocorre nos três níveis organizacionais, sendo sua atividade típica, no nível institucional, a direção, no nível intermediário, a gerência, e no nível operacional, a supervisão. **C**
- 81 O foco da gestão de pessoas, originalmente restrito à gestão de recursos humanos, voltou-se para o apoio ao *core business* da organização. **C**
- 82 Cabe à área da gestão de pessoas, entre outras atividades, promover ações que busquem elevar a produtividade dos colaboradores da organização. **C**

No que se refere a escolas e fundamentos da administração, bem como a seu impacto na gestão de pessoas, julgue os itens que se seguem.

- 83 A transição da teoria clássica para a teoria das relações humanas na administração levou à priorização da descentralização de autoridade nas organizações, em detrimento da hierarquia rigorosa. **C**
- 84 A adoção de práticas burocráticas nas organizações pode resultar em uma disfunção associada à despersonalização no relacionamento entre os colaboradores. **C**
- 85 A administração científica está direcionada à promoção de critérios de cientificidade na gestão e tem seu principal foco nas pessoas, de modo que a gestão de tarefas e recursos fica em segundo plano. **E**
- 86 A gestão de pessoas deve promover ações de motivação individualizadas para os membros de suas equipes de trabalho, já que, no trabalho em equipe, os objetivos devem ser estabelecidos individualmente, para se evitar que os indivíduos menos produtivos tirem proveito dos mais produtivos. **E**
- 87 Nas organizações orgânicas, tipicamente relatadas na teoria da contingência, a gestão enfatiza as equipes e a autonomia das pessoas, adotando maior amplitude de controle. **C**

A respeito das atribuições e atividades da gestão de pessoas, julgue os próximos itens.

- 88 Em uma visão contemporânea, cabe à gestão de talentos promover a satisfação dos trabalhadores e incentivar que cada um deles busque a *autoatualização*. **C**
- 89 Na concepção atual, a gestão de talentos humanos deve ter como objetivo primordial a promoção do cumprimento das regras e dos procedimentos da organização, com foco na entrega dos produtos e na otimização dos serviços. **E**
- 90 As atribuições da gestão de talentos humanos incluem a promoção de recompensas, tanto para indivíduos quanto para equipes de alto desempenho. **C**
- 91 Entre as atribuições básicas da gestão de pessoas, destacam-se o recrutamento e a seleção, que se inserem nos sistemas de controle e monitoramento. **E**
- 92 As atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal, atribuições básicas da gestão de pessoas, são típicas do sistema de suprimento ou de agregação. **E**

Acerca de motivação e liderança, julgue os itens a seguir.

- 93 O estilo de liderança *laissez-faire* é caracterizado por uma supervisão intensa e um controle rígido sobre os subordinados. **E**
- 94 A liderança democrática tende a resultar em aumento da participação e do interesse dos funcionários, o que dá mais sentido ao trabalho e produz maior comprometimento e engajamento no trabalho, comparativamente à liderança autocrática. **C**
- 95 De acordo com a teoria X de McGregor, os líderes acreditam que os empregados são naturalmente motivados e responsáveis e, por isso, requerem pouca ou nenhuma supervisão direta. **E**
- 96 Em seu surgimento, a teoria dos traços de liderança buscava diferenciar líderes eficazes de não líderes com base em qualidades e características pessoais, todavia, com o avanço da pesquisa em liderança, a avaliação de tais traços e características passou a ser mais útil para prever o surgimento de uma liderança que para distinguir líderes eficazes e não eficazes. **C**
- 97 A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow sugere que a autorrealização é a necessidade primária mais importante a ser satisfeita pelo indivíduo no contexto do trabalho. **E**

98 Uma liderança transformacional tem como foco inspirar e motivar os subordinados a alcançar mudanças significativas e melhorias contínuas na organização, enquanto a liderança transacional baseia-se em recompensas e punições para motivar os subordinados.

99 Uma vez que a motivação é um processo intrínseco ao indivíduo, não é possível estabelecer relação direta entre o estado de motivação do indivíduo e o estilo ou a atuação de sua liderança.

Em relação a gestão por competências, julgue os itens seguintes.

100 Na gestão por competências, focaliza-se o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades técnicas específicas, ligadas exclusivamente ao contexto do trabalho atual que o servidor realiza.

101 A implementação da gestão por competências pode exigir ajustes nos subprocessos de gestão de pessoas e uma mudança na própria cultura organizacional.

No que se refere a direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue os próximos itens, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

102 Atender ao público com presteza e guardar sigilo sobre assuntos da repartição são deveres do servidor, enquanto zelar pela economia de material, conquanto não seja um dever legal, é uma boa prática recomendada para a observância do princípio da economicidade.

103 É direito do servidor ausentar-se do serviço durante o expediente, desde que a ausência seja justificada posteriormente.

104 É dever do servidor informar a autoridade superior, ou outra autoridade competente, acerca de irregularidade de que tenha conhecimento em razão do cargo, independentemente de quem supostamente a tenha cometido.

A respeito de tendências em gestão de pessoas no setor público, julgue os seguintes itens.

105 Entre as tendências atuais na gestão de pessoas no setor público, destaca-se o surgimento de novas modalidades de trabalho, tais como a modalidade híbrida e o teletrabalho, que buscam, entre outros aspectos, promover uma cultura orientada para os resultados, em vez de orientada para o controle.

106 A promoção de ações que fortaleçam a inclusão e a diversidade pode ser considerada uma tendência no setor público, percebida a partir de ações afirmativas, como cotas para o ingresso nas carreiras públicas, ações para a equidade de gênero e raça na ocupação de cargos de chefia, e disponibilização de espaços para a denúncia à violência contra grupos sub-representados.

Com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, em relação à contratação de bens e serviços e ao acompanhamento da execução contratual nas organizações públicas.

107 A construção da sede de um novo tribunal regional eleitoral orçada em R\$ 180.000.000,00 é considerada uma obra de engenharia de grande vulto.

108 O modelo de execução do objeto contratual deve descrever como a consecução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo contratante.

109 Em se tratando de licitações e contratações com recursos provenientes de empréstimo de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições peculiares à seleção e à contratação constantes das normas do organismo, desde que respeitadas os requisitos legais.

Considerando que uma organização pública instrua processo para licitação e contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, julgue os itens seguintes, à luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021.

110 É inadmissível o compartilhamento, pela contratada, dos recursos humanos e materiais da referida contratação para a execução simultânea de outros contratos.

111 Em regra, os empregados da pessoa jurídica efetivamente contratada pela organização pública deverão ficar à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços.

112 No caso em questão, a utilização de conta-depósito vinculada é imprópria como instrumento de assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens seguintes, no que diz respeito ao acompanhamento da execução contratual.

113 Os emitentes de seguro-garantia devem ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para a apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

114 O recebimento provisório de obras e serviços deve ser realizado pelo responsável por seu acompanhamento e sua fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

115 O registro de empenho de dotações orçamentárias pode ser realizado mediante simples apostila, desde que tal registro não caracterize alteração do contrato.

Julgue os próximos itens, a respeito dos papéis do fiscalizador do contrato administrativo e do preposto da contratada.

116 Nas obras de reforma de unidade administrativa da justiça eleitoral, deve-se manter, no local da obra, preposto aceito pela administração para representar a contratada na execução contratual.

117 Ainda que o controle interno da organização pública não possa auxiliar o fiscal do contrato, o assessoramento jurídico deve subsidiá-lo com informações necessárias para prevenir riscos na execução contratual.

118 O servidor que possui vínculo de parentesco colateral de quarto grau com o preposto da contratada habitual para a execução de serviços na mesma organização pública não pode ser indicado como fiscal da aludida contratação.

Acerca da aplicação de penalidades e sanções administrativas, julgue os itens que se seguem, conforme a Lei n.º 14.133/2021.

119 Na aplicação de sanções à contratada, devem ser levadas em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e as orientações dos órgãos de controle.

120 A reabilitação da licitante ou da contratada perante a autoridade que aplicou a penalidade será efetivada quando cumpridas as duas seguintes obrigações: a reparação integral do dano causado à administração pública e o pagamento integral da multa.